



Bruxelas quer incentivar **compras em bloco de gás natural e produtos alimentares**, e a ideia agrada a diversos operadores... mas falta definir quase tudo

MIGUEL PRADO E VÍTOR ANDRADE

A guerra fez soar os alertas pela Europa fora, perante o risco de um corte no abastecimento de gás e petróleo da Rússia e de cereais da Ucrânia. E uma das primeiras reações de Bruxelas foi avançar para uma redução da exposição à Rússia, preparando processos de compras conjuntas do Velho Continente, que fortalecerão o poder negocial europeu. “A Comissão Europeia teve recentemente uma experiência de aquisições conjuntas que não correu mal, a das vacinas. Uma abordagem de grupo tem algumas vantagens”, observa o advogado Nuno Antunes, sócio da Miranda especializado em direito público, ambiente e investimento estrangeiro. Mas será que as centrais de compras funcionarão?

O tema é polémico e levanta muitas interrogações, nomeadamente, no caso dos cereais, na articulação dos Estados (ou da Comissão Europeia) com os operadores privados, pois nada se sabe sobre onde acabaria a responsabilidade de uma parte e onde começaria a da outra.

Mas, no meio da incerteza, há algumas garantias: compras em bloco seriam sinónimo de segurança de abastecimento, preços mais acessíveis (devido ao maior poder negocial do comprador) e, não menos relevante, garantia de acesso numa distribuição equitativa pelos vários Estados-membros.

Por enquanto o assunto ainda só está a ser discutido nas instâncias comunitárias e, na verdade, não há nada de concreto sobre o tema, mas a Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP) considera positiva esta hipótese, pois “se correu bem com as vacinas, nada indica que não pudesse correr igualmente bem com as matérias-primas alimentares, trazendo uma dose de tranquilidade ao mercado, às empresas e às populações”, sublinha Luís Mira, secretário-geral daquela organização.

A CAP alerta, porém, para o risco de, ao concentrar demasiado a atenção nas compras de bens alimentares, se possa descurar, por exemplo, o acesso aos fertilizantes, “que são absolutamente essenciais e que, neste momento — tendo em conta o papel preponderante da Rússia neste domínio —, ninguém nos garante que não esteja já a haver açambarcamento desses fatores de produção, sobretudo pela China”, cujas relações com a Rússia se mantêm pacíficas.

O eventual açambarcamento de bens pela China é também levantado por Jorge Neves, presidente da Associação Nacional de Produtores de Milho e Sorgo (Anpromis), para evidenciar que, “por isso mesmo, convém não ficarmos aqui parados, literalmente ‘a ver navios’ (a passar para a China). E já que a Comissão Europeia tem um peso político que cada um dos Estados, por si só, não tem, então que o ponha o serviço do bem comum, com as compras em bloco”. Mas o mesmo responsável pede “atenção à articulação com os operadores privados para que ninguém saia prejudicado”.

Luís Mira, da CAP, admite que o sucesso das compras conjuntas de vacinas pode ser replicado nas matérias-primas

“Numa altura em que devemos ser ágeis, tenho receio de que possa haver alguma perturbação na vinda das mercadorias para os seus destinos. E, quanto ao eventual sistema de compras em bloco, é importante não esquecer que os importadores também têm de ter alguma previsibilidade na sua atividade. Eles não podem desatar a rasgar contratos de um dia para o outro”, nota, por seu lado, Jaime Piçarra, secretário-geral da Associação Portuguesa dos Alimentos Compostos para Animais (IACA). Este responsável diz recear que “tudo isto se possa tornar um processo demasiado burocrático, como já aconteceu em muitas outras decisões europeias”.

No entanto, desde que se garanta a rapidez de processos, a fluidez de procedimentos e alguma previsibilidade aos mercados, Jaime Piçarra diz não ver razão para que não se avance. Mas, observa o mesmo responsável, ainda falta saber, por exemplo, “que critérios seriam adotados para distribuir os cereais por cada país”.

PREÇOS MAIS BAIXOS

Também na energia a Comissão Europeia propõe um mecanismo de compras conjuntas de gás natural, que permitiria dar força negocial aos países europeus na contratação de fornecimentos oriundos de outros produtores que não a Rússia. Irá isso proporcionar preços mais baixos? “Com certeza que sim. Não tenho dúvidas”, afirma Nuno Afonso Moreira, presidente-executivo da Dourogás. “Se conseguirmos trazer liquidez do mercado americano para o europeu, conseguiremos ter maior influência do preço americano no preço europeu”, acrescenta o gestor.

Ora, este é um dos pontos críticos do projeto de compras conjuntas: boa parte do esforço de redução da exposição à Rússia virá do reforço das importações de gás natural liquefeito (GNL) dos EUA, que continuam a ter preços de gás substancialmente mais baixos do que os praticados na Europa. “O facto de a Comissão Europeia estar disponível para encabeçar contratos multipaís é positivo”, frisa Nuno Afonso Moreira.

Mas o mecanismo de compras conjuntas será sempre de adesão voluntária. Só participam os países que quiserem, estando ainda por definir quase tudo: os volumes a contratar, os prazos, os preços, os fornecedores e a forma de conciliar essa compra centralizada com o facto de os beneficiários desse procedimento serem, afinal de contas, empresas concorrentes (que importam gás para fornecer às suas carteiras de clientes). À semelhança do que se passa nos cereais, também em matéria de gás quase tudo está por definir. E o diabo está nos detalhes.

O advogado Nuno Antunes nota que o plano de compras conjuntas “vai requerer alinhamento político” e envolve “vários desafios”. Um deles é “saber se os terminais da UE serão capazes de receber o fluxo adicional de entrada de gás para aumentar o armazenamento antes do próximo inverno”. E também será preciso saber que capacidade terão os EUA para enviar mais gás, já que “a esmagadora maioria do GNL já está alocado a determinados importadores”. O sócio da Miranda reconhece que “não vai ser simples negociar valores de compra e venda de gás”, mas acredita que a UE desbloqueará o processo, pois “esta crise veio provar que a segurança de abastecimento é mais importante que o custo do fornecimento”.